



Os marcadores visuais de gênero: moda e subversão no espaço público

*Visual gender markers: fashion and
subversion in the public space*

Roney Gusmão¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0104-047X>

[resumo] Muito embora a moda seja associada frequentemente às frivolidades do mercado e, por isso, seja entendida como expressão conservadora da lógica da acumulação, é também a ela que grupos contra-hegemônicos recorreram com vistas a produzir deslocamentos no campo das aparências. Já na contemporaneidade, moda continua acentuando o borramento de fronteiras de classe e gênero e, portanto, se apresenta como potência subversiva a minorias sexuais. As convenções até podem ser reiteradas, mas impõe-se a imaginação, a criatividade e a singularização como possibilidades de reescrever os discursos sobre o corpo e suas visibilidades no espaço público.

[palavras-chave] **Moda. Visibilidade. Espaço público. Gênero. Cidade.**

[abstract] Although fashion is frequently associated with market frivolities and, therefore, it is understood as a conservative expression of the logic of accumulation, it is also the one that counter-hegemonic groups resorted to in order to produce displacements in the field of appearances. Nowadays, fashion continues to accentuate the blurring of class and gender boundaries and, therefore, presents itself as a subversive power to sexual minorities. Conventions can even be reiterated, but imagination, creativity and singularization are imposed as possibilities to rewrite discourses about the body and its visibilities in the public space.

[keywords] **Fashion. Visibility. Public place. Gender. City.**

Recebido em: 28-11-2022

Aprovado em: 29-01-2024

¹ Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade, Professor Adjunto do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. <http://lattes.cnpq.br/0045181639619078>

Introdução

Neste texto pretendo reivindicar a unidade corpo-espço como possibilidade de desconstrução dos regimes de visibilidade instituídos pelo poder espacializado nas cidades modernistas. Para robustecer a análise, recorro à história da moda para problematizar como o fato de operar no campo da visibilidade produziu deslocamento de significados na convivência pública e, por isso, ajudou a inserir novos atores à cena política.

A tríade moda-corpo-espço se apresenta neste texto como potência política na visibilidade dos corpos sexualmente discordantes no espaço urbano, tratando a estética como alternativa de ressignificação simbólica em convergência com os borramentos de fronteiras na pós-modernidade. Se, hoje, as expressões visuais se apresentam muito mais fluidas e, por isso seus essencialismos se mostram obsoletos, logo, vislumbro na efemeridade da estética possibilidades de fantasiar o corpo com suas múltiplas e instáveis subjetividades. Ademais, se por um lado a estética fugidia da moda muito serve a um mercado segregador, por outro, sua natureza fugaz e transgressora acaba suplementando as subjetividades rebeldes que desequilibram os padrões de normalidade.

Outro objetivo deste texto é pensar na moda como parte dos agenciamentos para composição do gênero que, tanto podem servir à adequação do corpo aos rigores de normatividade, como também podem desobedecer a matriz heterossexual binária. No intuito de desenvolver esse tema, recorreremos a Butler (2019; 2020) para reforçar o caráter performativo do gênero, isto é, entendido não como substrato de uma identidade essencial, mas como produto da linguagem imbricada em relações de poder. A autora entende que a performatividade consiste na força que a linguagem tem de produzir uma nova situação, apresentando-se aos sujeitos em forma de interpelações carregadas de expectativas e normas sociais. Apesar de estas normas impregnarem nossos corpos e subjetividades e, portanto, nos produzirem socialmente; elas estão susceptíveis a desvios, revelando o quanto as representações de gênero são menos estáveis e menos previsíveis do que se imagina.

A impossibilidade de replicar perfeitamente e, portanto, de dar continuidade fiel às normas de gênero ocorre porque as referências que armazenamos na memória são adulteráveis, reeditáveis e readaptáveis conforme necessidades imediatas que se apresentam no instante do vivido. A memória, como aponta Bergson (2006), tem força imaginativa e, por isso, é aguçada por uma criatividade flexível e infinitamente móvel, apresentando-se totalmente passível de revisão articulável ao momento de sua revisita. Por esta concepção, Bergson (2006) lembra a "memória verdadeira" não se limita a transcrever o passado, mas, sim, recriar os referenciais outrora admitidos fora dos imperativos de repetição. Do ponto de vista da performatividade de gênero, esta tese é perfeitamente aplicável porque nos ajuda a entender como os sujeitos representam o seu gênero dentro dos referenciais reconstruídos no momento da revisita aos arquivos mnemônicos.

Ainda no que tange à tese butleriana da performatividade, é possível afirmar que não há reprodução das normas de gênero sem uma representação corporal, o que significa dizer que é o instante do agora que cria desvios aos padrões convencionados de homem ou de mulher. Estes desvios podem se demonstrar na visualidade do corpo pelas vestimentas, pelas ações, pelos gestos ou pela linguagem, que, algumas vezes passam despercebidas e não

comprometem a sensação de plena adequação do sujeito à hiper-normatividade; mas, noutros casos, os rompimentos de normas se apresentam tão mais nítidos, que podem ser notabilizados pelo corpo na esfera pública e, por isso, desafiam os padrões de reconhecimento.

De fato, é sabido que o corpo é um complexo de relações inscritas em condições postas historicamente e, por isso, está condicionado a referenciais estéticos que precedem o sujeito. No entanto, vale acrescentar que até mesmo estes limites de inteligibilidade operam dentro de possibilidades de transmutação por que não existem essencialmente e se referendam num ideal regulador postergado no discurso. Exatamente por isso, tais limites possuem fendas totalmente possíveis de serem preenchidas pelas subjetividades que aparecem obstinadamente na vida pública. Nesta empreitada de exercer o direito performativo de visibilidade, vestimentas, adereços, trejeitos e o próprio espaço podem ser reclamados para se experienciar o gênero pela liberdade.

Moda e subjetividade

São diversas as análises acadêmicas tradicionais que insistem em defender uma simplificação da moda à superfície fetichizada do capital. Na ânsia de criar um repertório acadêmico fora do conservadorismo, análises desta natureza acabam reproduzindo dicotomias clássicas que subordinam marcadores visuais de identidade a um suposto universo essencial. Este raciocínio se apresenta pela convergência do cartesianismo modernista com a sorrateira reminiscência do platonismo nas civilizações ocidentais, que, juntos, ajudaram a difundir as cisões entre razão x emoção, dentro x fora, corpo x alma, essência x aparência, normal x anormal... Esta lógica de pensamento, muito mais se interessa pelas dicotomias do que pelos fluxos, muito mais se apoia nos maniqueísmos estanques do que nas interpenetrações que complexificam este "mundo das aparências" tão frequentemente aviltado nos espaços acadêmicos.

É também pelo pensamento cartesiano que os polos do raciocínio dicotômico sempre se apresentam em desequilíbrio de forças. Noutras palavras, sempre há prevalência de um lado em oposição ao seu inverso inferior: supremacia da razão em detrimento da emoção, do homem em detrimento da mulher, do bem em detrimento do mal, do privado em detrimento do público, da alma em detrimento do corpo, da essência em detrimento da aparência. Aqui, as demarcações, não apenas desarticulam conceitos interligados, como também subestimam um dos hemisférios em benefício do suposto inverso. A partir disso, fica-nos claro como o processo de hegemonização do pensamento racionalista tolerou e justificou desigualdade social, de modo que a exploração, a colonização e o patriarcado sequer mereceram o remorso dentre os beneficiados pelo *ethos* do capital.

De outro modo, endossando os pensamentos de Freud e Nietzsche no século XIX, esse esquema conceitual, reduzido ao binarismo desigual, periodicamente se manifesta em forma de desconfortos éticos, morais e, por que não acrescentar, estéticos. Uma das manifestações mais sutis disto é o fato de que o nascimento da modernidade acompanhou, chanceou e consolidou o próprio nascedouro da moda e suas ambivalências estéticas, cujo sistema passou a traduzir visualmente o devaneio e a fantasia, atributos estes que perduraram mesmo no imaginário do *homem* "moderno", "racional" e "civilizado". Svendsen (2010) salienta que a moda trouxe à tona uma característica que a modernidade não teria gostado de reconhecer: ela é irracional. De fato, a moda representa a mudança pela mudança, não havendo

motivo razoável para tal, ela representa o simples prazer de uma autodeterminação cada vez mais fora do campo da razão. A moda, ao meu ver, acentua visualmente o desconforto da modernidade de que falou Freud, pois ela apresenta a instabilidade e o deslocamento de sentimentos humanos inconstantes, provando que a continuidade e a fixidez das identidades não passam de ficção.

É por reconhecer a moda como um interessante dispositivo de expressão e de desconstrução de padrões sociais, que é preciso lembrar do quanto ela, embora nutrida pelo nascente capitalismo do século XVII, serve-lhe, também, de confrontação e desvio. Assim sendo, a associação da moda com o desenvolvimento do capitalismo faz total sentido, dado ao fato de que sua dinâmica seja análoga ao mercado, mas isso não basta para entender como ela ativa o deslocamento de sentidos e transtorna os códigos visuais de poder. Além disso, embora saibamos que o sistema da moda esteja ancorado na lógica do capital, vale a ressalva de que seu nascimento remonta à Baixa Idade Média e, como típico do campo simbólico não verbal, precedeu e apontou para mudanças sociais profundas naquele tempo.

Cidreira (2005) apresenta três motivos principais que podem ser entendidos como motivadores do surgimento da moda entre os séculos XIV e XV. Estes elementos serão cruciais para entender como a moda produz deslocamentos dos códigos não-verbais de linguagem e apresenta visualmente o devaneio e a inconstância como atributos da subjetividade humana. São eles:

1. *A singularidade*: A autora lembra que a segunda Idade Média foi marcada pelo aparecimento da autobiografia, do retrato, do auto-retrato, do testamento e das sepulturas personalizadas, que bem revelavam a vontade de individualização. Todavia, o surgimento do desejo de singularização não pode ser confundido com esta individualização, já que não apenas diz respeito ao eu individual, mas também revela o paradoxal gosto pessoal inscrito socialmente. Trata-se de uma mescla entre mimetismo e individualismo que, no vestuário, se apresenta de modo mais claro. Foram os detalhes que deram contornos íntimos, reafirmando os códigos comuns de reconhecimento, mas sem perder de vista a singularidade do sujeito. É válido acrescentar que na Baixa Idade Média ocorreu o gradual renascimento do comércio e das cidades, fato que reconduziu os centros de sociabilidade para os pequenos núcleos urbanos e reforçou a aparência como critério fundamental de distinção social. Lipovetsky (2009) lembra que as cidades medievais foram fundamentais para consolidação da moda, pois, nelas, houve extrema especialização das redes de produção que sustentaram a moda, garantindo a melhoria da qualidade e a expansão da diversidade de roupas produzidas. Os núcleos urbanos também serviram para aglutinar diferentes classes sociais que, almejando prestígio e distinção na convivência pública, aumentaram o cuidado com a aparência visual.
2. *A vida cavaleiresca*: Cidreira (2005) lembra que na virada dos séculos XI para XII e, com mais intensidade, no século XV, os valores da classe senhorial estavam sendo superados. A crise dos feudos na Baixa Idade Média, cruelmente marcada pela peste negra e pelas invasões bárbaras, propiciaram uma

reação contra os costumes medievais. Aliado a isso, a corrupção do clero e a extrema segregação provocada pela nobreza, acentuaram o desejo de criar ou fantasiar outras possibilidades vida pelo galantismo. O homem guerreiro e provedor estava cedendo espaço para o homem refinado, com qualidades literárias, aparência cuidada e cortejador galante. Neste contexto, o cortejo à figura da mulher amada acabava por representar uma ressignificação de valores, agora muito mais assentados no refino e, sobretudo, na devoção ao divino apresentado na figura matriarcal do sexo feminino.

3. Evidentemente, a relação entre os sexos nesta configuração foi altamente caracterizada pela sedução, tornando-se necessário, portanto, acentuar as diferenças sexuais através de marcadores visuais de gênero, como as vestimentas. Calanca (2011) lembra que neste cenário do século XIV o costume da moda se tornou um artifício de sedução, desenhando atrativos do corpo, sublinhando o apelo erótico e, ao mesmo tempo, escondendo a isca sexual. A roupa, para autora, se tornou um instrumento para atrair o olhar, fato que testemunhou o ingresso da sensualidade e da estetização da personalidade na era moderna. A partir disso, Calanca (2011, p. 78) conclui que o conjunto de valores ali nascentes apresentam muito mais que apenas códigos literários, afinal "serviços do amor, distância, desejo, fingimento, galantaria, prazer, beleza e sedução pertencem a um único campo enunciativo, aquele do corpo e das suas concepções". É neste sentido que, quando aderidos ao corpo, os códigos de linguagem representados pela vestimenta serviram para anunciar sutilmente subjetividades e, com isso, prefigurar mudanças sistemáticas que ocorreriam nos séculos seguintes. O cuidado com a linguagem, com os gestos e com a aparência tinha a sedução como foco, mas, hoje, nos ajuda a entender a estetização da vida como sintoma de um desejo de singularização.
4. *A percepção do tempo presente*: Um dos motivos pelos quais as civilizações pré-modernas desconheciam a moda é o fato de que nelas o desejo de continuidade se impôs como regra. De modo geral, as sociedades que valorizaram o uso de vestimentas e adereços tinham a intenção de perpetuar valores e tradições, seja para fins ritualísticos ou, simplesmente, para fins de manutenção dos códigos de sociabilidade. De outra forma, a moda não visa a permanência de signos do passado, pelo contrário, até pode deles se nutrir, mas seu vetor é a mudança simplesmente pela mudança. Assim, como lembra Cidreira (2005), à medida que o antigo e o tradicional deixam de ser venerados, instala-se o novo na cultura, privilegiando o presente e as possibilidades de experimentação estética da novidade.

É bem verdade que a forma de vestir nas sociedades pré-industriais consistia num importante indicativo da posição social e, como tal, se apresentava como marcador de classe e gênero, o que gerava minimamente uma sensação de continuidade dos códigos de linguagem. Por este pressuposto, a composição da indumentária era orientada pela reprodução de códigos sociais que garantissem a ênfase no *status* social, resultando na possibilidade de manter a legibilidade do corpo segundo os padrões estéticos de um tempo.

Apesar de entender o papel social da moda quando do seu surgimento, algumas ponderações se fazem importantes: Primeiramente é útil lembrar que a moda teve início dentro das relações aristocráticas na Idade Média numa tentativa de demonstrar seu exclusivismo estético, entretanto, com o propósito de obter prestígio social, a então revolucionária classe burguesa passou a adotar os códigos visuais da aristocracia. Os novos ricos dos séculos XIII e XIV, por exemplo, ainda estavam sujeitos a diversos éditos suntuários, que proibiam classes plebeias a se vestirem como nobres. Tecidos, acessórios e cortes semelhantes aos aristocráticos deviam ser resguardados à nobreza de sangue e, portanto, desapropriados daqueles que não se enquadrassem na rígida ascendência nobre. É somente na passagem do século XVI ao XVII que a ascensão econômica de banqueiros e comerciantes se tornou decisiva nos núcleos urbanos, quando novos ricos passaram a rivalizar com a notoriedade social da aristocracia (Lipovetsky, 2009). Neste sentido, a moda foi acompanhando a consolidação do capitalismo porque a própria burguesia manteve os hábitos aristocráticos, recorrendo aos códigos visuais como estratégia ao exercício de poder na vida pública. A imitação dos vestuários e dos maneirismos aristocráticos não devem ser vistos como mero capricho dos novos ricos, tratava-se, também, de uma disputa no campo simbólico pela supremacia política na vida pública. Assim, a moda deve ser aqui entendida como parte do exercício ideológico dos sujeitos, que recorreram à indumentária como modo de equalização a uma linguagem visual de poder num tempo histórico específico.

Segunda ponderação que se faz necessária é o fato de que a busca da distinção e prestígio social por intermédio dos códigos estéticos convencionados ajuda a entender a difusão e a expansão da moda no capitalismo, mas isso não basta para explicar a descon-tinuidade da estética neste período. Como lembra Lipovetsky (2009), a inconstância da moda se relaciona à vontade de expressão de identidades singulares, de celebrar a cultura da identidade pessoal como força criativa. Por isso, é certo dizer que a mutabilidade da moda escapa o racionalismo produtivista da modernidade e expressa o lado fantasioso do devir humano, apresentando a inconstância de identidades maleáveis. É exatamente por este motivo que muitos autores mais associam a moda à dinâmica social que econômica, pois, muito embora esteja totalmente imersa nesta segunda, ela é dinamizada por uma vontade de mudar por mudar. Oliveira (2008) observa que a composição da imagem individual ocorre pela implantação de feições móveis da aparência do ser em função de negociações com códigos estéticos pré-estabelecidos na sociedade. Estes códigos não estão fechados nas relações convencionais, ao contrário, eles podem produzir relações semi-simbólicas que abrem a significação para o novo. A autora conclui que o contato sensorial com a transformação subjetal, responsável pela mudança da aparência, também dá sentido às recriações entre o corpo e a roupa. Logo,

ser um, mais de um, todos, nenhum, esses são os desafios que o sujeito enfrenta no ato de vestir o corpo, de combinar os acessórios e complementos, de arrumar a sua face, a cabeleira e assim, no seu arranjar, obter uma identidade subjetal ou objetal. Entre automatismo e inovação, a construção do sujeito torna-se a narrativa existencial exemplar da contemporaneidade: o que o sujeito é e como ele se mostra, o que é decorrente do seu corpo vestido (Oliveira, 2008, p. 97).

Terceira ponderação que julgo necessária para abordagem sobre moda é o fato de que a equalização entre as peças vestimentárias e uma época precisa ser relativizada. Embora seja incontestável a importância de situar conceitos estéticos dentro do tempo histórico, esta contextualização não pode servir para minorar as diferenças e assimetrias ali contidas (Cidreira, 2005). Esta observação é fundamental para entendimento da moda porque, muito semelhante à arte, as roupas e acessórios também servem como modo de confronto e, assim, revelam no campo simbólico algumas mudanças em curso na sociedade. Assim, olhar a vestimenta do passado requer considerar idiosincrasias de cada país, época, classe social ou gênero, fato que complexifica ainda mais o que pretendemos tratar. Ainda sobre isso, Barthes (2009) adverte sobre o fato de que a história do costume põe pesquisadores diante do desafio de entendê-la como processo institucional e individual que opera à revelia da ordem significante. Por isso, todo fenômeno cultural é, ao mesmo tempo, produto da história e resistência à história, fato que exige não postular apressadamente uma equivalência entre superestrutura (a indumentária) e a infraestrutura (a história). A precaução de Barthes motivou muitos teóricos a vislumbrarem aproximações epistemológicas entre a moda e a arte, já que ambas nos são apresentadas como arquétipos de um tempo histórico, mas, também, como refutação aos seus sistemas de valores.

O lado de fora

No início do tópico anterior foram mencionadas algumas limitações de esquemas ideológicos cartesianos que isolam conceitos interdependentes, como essência e aparência. É oportuno retomar este debate para considerar também seus impactos nas reflexões em torno da relação do corpo com o espaço, até mesmo porque, com frequência, vestimentas e acessórios são tratados como pura exterioridade desprovida de subjetivação. Nesta ideia, a materialidade tangível é subestimada como pura exterioridade de uma suposta essência transcendente, convicção esta que desagua num recorrente aviltamento de tudo que escapa o campo do privativo, do íntimo, do interno. Refrações desta ideia também podem ser bem observadas no século XIX, quando o pensamento racionalista, que já se tornara hegemônico, apropriou-se dos discursos sobre o corpo. Disso resultou, por exemplo, que as ciências médicas, em articulação com saberes do urbanismo, foram postas na linha de frente da reurbanização de cidades importantes no mundo ocidental, como Paris, cuja lógica se assentava num amplo processo de assepsia urbana, sob a justificativa de resguardar a saúde e a moralidade. O saldo, por outro lado, foi uma higienização social que remasterizou o espaço urbano segundo os interesses sociopolíticos da burguesia sob prerrogativas morais do período vitoriano. Na esteira do pensamento racionalista, assentado nas dicotomias, o espaço público nas cidades capitalistas se tornou altamente seletivo, impondo regimes de visibilidades que extirparam a elegibilidade dos corpos anormais ou imorais do direito de aparecer.

Foi nesta mesma direção que, no século XIX, muitos campos do conhecimento científico passaram a se ocupar mais incisivamente de temas relacionados ao corpo. Tais ideias foram também reguladas pela lente dicotômica, inspirando a nomeação, a classificação e o isolamento das regularidades morfológicas e comportamentais que escapassem a órbita da normalidade. Assim, a literatura médica, por exemplo, multiplicou o repertório de categorias

e subcategorias para os perversos, os loucos, os imorais, os transgressores... com objetivo de chamar os desvios à existência, tendo por finalidade a intervenção medicamentosa e a posterior normalização. Como lembra Foucault (1988) o próprio discurso médico criou uma gentilha impregnada de abjeção, chancelando, portanto, medidas restritivas que reforçassem o espaço urbano como dispositivo de poder ao serviço da disciplinarização dos corpos.

Courtine (2013) observa que a origem dessas mutações dos olhares sobre o corpo já era perceptível nos séculos XVI e XVII, uma vez que o próprio desenvolvimento da arte do retrato serviu para testemunhar a nova figuração do corpo, agora realçado pela expressão e desvinculado do contexto sagrado daquele imaginário medieval. Aliado a isso, já neste período se observa a emergência de novas exigências de legibilidade do corpo dentro de critérios convencionados socialmente, que incluem modos de vestir, de gesticular, de higienizar e boas maneiras carregados de discursos moralistas sobre o corpo e seus usos. Assim, o autor lembra que os usos da civilidade também se inscrevem na evolução de práticas de saúde e de higiene pessoal, guiados por tratados médicos de inspiração cartesiana. Por isso, isola-se e autonomiza-se o corpo, refinando a medição de suas secreções e aumento da preocupação com possíveis infiltrações, pelos quais ampliam protocolos médicos e discursos sobre higiene. Assim, ao longo dos séculos, observa-se uma transformação nos regimes de visibilidade do corpo, cujos discursos dele emanados também precisaram estar sob controle do ideário racionalista.

O discurso modernista, então, impregnou o corpo de regulações na égide do pensamento racionalista, fato este que ainda reverbera no modo como a subjetividade é convencionalmente entendida: pura abstração confinada ao lado de dentro do corpo e, por isso, dissociada dos fluxos que a dinamizam. Pensar nas relações simbióticas entre corpo e espaço, entre subjetividades e concretudes nos exige um esforço intelectual que transcenda os quadrantes binários e, desse modo, admita os fluxos e as irregularidades como condições do devir humano. É fato que os isolamentos ajudam a criar a sensação de estabilidade dos fenômenos, deixando as subjetividades humanas mais confortavelmente inteligíveis à razão. Logo, se penso num corpo cuja internalidade está resguardada pela epiderme e cujas subjetividades estão protegidas por identidades essenciais, então, não há deslocamentos conceituais a serem feitos, não há desestabilizações que transtornem a aparente constância das identidades internas. O falseamento deste modo de enxergar o corpo pelo isolamento do lado de dentro, como essencialidade interna, em divórcio ao lado de fora, como pura empiria, apazigua os desconfortos que a ambiguidade humana pode suscitar.

Com o fim de problematizar estas questões, vale recorrer a Damásio (2012) como interessante teórico que, mais recentemente, tem ajudado a desconstruir o legado cartesiano para as sociedades contemporâneas. Na obra "O Erro de Descartes", Damásio (2012) chama atenção para o fato de que um dos maiores equívocos da filosofia modernista foi a separação de fenômenos cerebrais em relação ao meio, fato este constatável nas especialidades médicas que, muito raramente, entendem os sujeitos pela integração mente-corpo. O autor, então, sugere a necessidade de tirar o espírito do pedestal, transportando-o para um lugar humilde e, nisso, garantir a integração mente-corpo-meio. A ideia de Damásio é muito pertinente para o que tratamos porque, na percepção do autor, os próprios processos evolutivos do ser humano atestam que a separação entre dentro e fora do corpo não passa

de artificialidade, pois não dá conta dos fluxos que dinamizam a incorporação dos estímulos ambientais e sociais.

Greiner (2005) segue em direção semelhante, acrescentando a ideia de que, na relação com o ambiente, o corpo recorre a um roteiro de performances armazenadas e decodificadas pela memória. Assim, a memória, como elemento-chave na sobrevivência dos indivíduos, fornece um leque de atos performáticos para que o corpo lide com cada desafio posto na relação com o espaço. A autora também adverte que a memória deve ser entendida como passível de modificações dinâmicas, ou seja, ela se apresenta como maleável, atualizável, adaptável ao jogo de interesses do sujeito na relação com o espaço.

Neste sentido, os fluxos aqui mencionados denotam evidente refutação à análise dicotômica do cientificismo. Esta mudança de paradigmas nos permite entender, então, que a relação contemporânea dos sujeitos e seus corpos na vida urbana é atravessada por discursos que ligam intimamente a individualidade ao ambiente que cerca o corpo ali inserido. Assim, pensar no binômio corpo-cidade, assim como pensar em interno-externo, requer perceber os fluxos que participam ativamente das reconfigurações das subjetividades e se apresentam em forma de condutas, sociabilidades, vestimentas, acessórios e outras externalidades carregadas de afeto. Também, baseado no que foi dito por Greiner (2010), a memória integra esta relação corpo-espaço, pois apresenta roteiros mnemônicos de experiências que ajudam a orientar nossa relação com o mundo; mas, ao mesmo tempo, a memória é total aliada da imaginação e, como tal, possui potência criativa, capaz de redesenhar contornos do que fora memorado. Assim sendo, muito embora falemos da continuidade de certos padrões estéticos, também devemos acrescentar os modos de ressignificação que recriam as muitas alternativas de apresentação social do corpo.

O percurso de análise esboçado até esta etapa do texto serve para refletir sobre a materialidade do corpo e a estética a ele aderida como indicadores relevantes da subjetividade humana. Ao contrário do que muitos teóricos insistem em fazer, não intento categorizar a apresentação estética do corpo como mera frivolidade externa à existência humana, mas, sim, como porção intimamente articulada à subjetividade em pleno diálogo com o contexto social. Nesse sentido, reatar a imbricação entre dentro e fora, reforçar seus fluxos e recompor a relevância da aparência como parte integrante do que frequentemente se chama de essência, não significa criar um conformismo com a fetichização, nem com o resultado em detrimento das causas; ao contrário, significa, sim, compreender a externalidade em relação simbiótica com as subjetividades. Por este raciocínio, entendo que a aparência carrega discursos, servindo, não só para entendimento do contexto onde ele se situa, mas possibilitando interpretar os seus desvios e deslocamentos que, periodicamente, munem sujeitos nos atos cotidianos de resistência.

Ademais, é interessante observar que roupas e acessórios aqui podem ser pensados como extensões do corpo e, por isso, indicativos de subjetividades e modos de existência social. Para além disso, como lembra Cidreira (2005), as roupas interferem nas atividades sensório-motoras à medida que acionam gestualidades específicas e, nisso, contribuem para inteligibilidade do sujeito nas relações sociais. O jeito de levar as mãos ao rosto para ajustar os óculos, a forma de guardar o celular na bolsa ou o modo de assentar a manga da camiseta no corpo, por exemplo, se articulam a uma linguagem pública reconhecível e, portanto, integram toda esta "exterioridade" carregada de subjetividades. Do ponto de vista do

gênero, a função social dos objetos aderidos ao corpo é ainda mais clara. Butler (2020) sente necessidade de contestar a aparente coerência e continuidade do gênero no prisma binário, exatamente porque é na externalidade onde ocorre o agenciamento de gestos, roupas, acessórios, lugares e sociabilidades que ficcionalizam a estabilidade do conceito de homem e de mulher. Daí não raramente se dizem frases como "homem não usa isto" ou "este não é lugar para uma mocinha" e, ainda, "esta é uma marca gay". Por discursos desta natureza, os objetos são revestidos de subjetividade, pois se tornam associados a comportamentos específicos. França (2012) observa que, quando os bens se tornam relacionados a referentes pessoais ou a marcadores de personalidade e identidade, borra-se a fronteira entre pessoa e objeto pela aproximação. Por conseguinte, os objetos se tornam parte da personalidade do sujeito que os utiliza, servindo-lhe, inclusive, como modo de visibilizar subjetividades e modos de posicionamento social.

Preciado (2018, p. 47) vai além nesta discussão ao entender que "o corpo no século XXI é um sistema tecnovivo, o resultado é de uma implosão irreversível de binários modernos (feminino/masculino, animal/humano, natureza/cultura)". Em adição ao que diz o autor, é possível observar que os rigores do *design* ou da ergonomia física e cognitiva têm sido levados tão a sério na produção contemporânea de mercadorias que, por vezes, adotamos dispositivos de tecnologia como se fossem próteses de nossos corpos. A ideia é mesmo esta: tornar o objeto mais rente à morfologia corpórea de modo que aumentem a performance produtiva do corpo. A isso acrescenta-se a significação social que esta parafernália ajuda a anunciar: uma capa de cor sóbria para o *smartphone* ou, em contraste, uma capa lantejoulada fazem parte dos agenciamentos possíveis na composição dos discursos emanados dos sujeitos e de seus corpos. Não que se pretenda reduzir o direito de visibilidade às coisas que nos são ofertadas, todavia, há que se perceber o quanto os fluxos de identidades na pós-modernidade estão em total articulação com as sociabilidades e com a semântica dos corpos que se dispõem visíveis. As coisas, por sua vez, aqui apenas servem de agenciamento para suplementar o direito performativo de visibilidade do corpo, indexado na unidade corpo-meio como vetor de resistência. Isso não significa dizer que as coisas sejam condicionantes da performatividade de gênero e suas articulações possíveis, mas apresentam-se apenas como impulsionadores do corpo-discurso.

Finalmente, é necessário lembrar que a breve história da moda que foi apresentada no início deste texto nos ajuda a entender como se faz necessário rasurar os regimes de visibilidade e criar novos modos de apresentação do "eu" pela rebeldia. Ainda quando reivindicava o direito de participação política, a classe burguesa insistiu em desobedecer aos limites estéticos de classe e, pela vestimenta, se apropriava obstinadamente da autoridade política no campo simbólico. Já no século XIX e início do século XX, as mulheres também rabiscaram o espaço público com deslocamentos das linguagens visuais pela vestimenta, fato que ajudou a borrar fronteiras impostas pela política patriarcal. Nos anos 1970, a juventude pós-moderna, engajada politicamente, embaralhou as fronteiras estéticas de classe, sexo e raça, ampliando os códigos estéticos pelo tensionamento de fronteiras. De modo semelhante, as multidões *queer* neste primeiro quartel do século XXI estão diante do desafio de borrar os limites da inteligibilidade de gênero, fazendo da desobediência estética um modo de apropriação política do próprio corpo. Em suma, tratar o direito de aparecer na cidade pós-moderna é fundamental como oposição política aos regimes de visibilidade que segmentam os corpos elegíveis à vida pública nas cidades orientadas pelo pensamento modernista.

Espaço de aparências

Como mencionado anteriormente, desde quando seu surgimento na Baixa Idade Média, a moda, sobretudo no que tange aos trajes, teve a função de criar marcadores de distinção social ao dispor da aristocracia. Porém, beneficiada pela ascensão econômica, a classe burguesa começa a observar a necessidade de incorporar os maneirismos, os vestuários e os acessórios aristocráticos, não apenas como mero capricho, mas também como modo de projeção de sua imagem dentro da linguagem de poder em voga. A relevância política da aparência do corpo na vida pública é tanto verdade que as leis estatutárias, que traduziam o desejo de permanência da relevância político-econômica da nobreza de sangue, se ocupavam da tentativa de perpetuar um modelo de organização social na esfera da aparência.

Assim, pontuar os modos como os corpos são adornados com vestes e acessórios para se disporem no espaço público, inclui abordar os discursos emanados de sua visibilidade. Também nesta direção, defendo o fato de que os códigos estéticos hegemônicos podem se demonstrar transgressores quando reapropriados por outros grupos, sobretudo, quando deslocam seus sentidos e reposicionam os critérios de visibilidade. Interessado em analisar os códigos de aparência da burguesia no espaço público em cidades europeias, Sennett (2014) lembra que é no século XIX, quando já consolidada hegemonicamente, foi a vez da burguesia buscar ao máximo manejar o prestígio nos campos da experiência social, de modo que a aparência servisse para seu destaque em relação ao proletariado. Desse modo, o desejo de autenticação social da classe burguesa motivou maior rigor na seleção dos trajes para cada ocasião da vida social. A roupa de estar em casa, por exemplo, se tornou muito mais diferente da roupa de sair à rua, fato este que serve para demonstrar como as imagens do corpo se tornaram fortes auxiliares do exercício político.

Crane (2006) apresenta alguns momentos da história em que as vestes puderam ser agenciadas como mecanismos de projeção política e confronto de paradigmas na sociedade. A autora lembra que diversos deslocamentos de significados pelos trajes desarticularam marcadores visuais dos papéis de gênero. O uso da calça e da gravata por mulheres em exercício profissional no século XIX é exemplo de que a moda serviu como dispositivo para usurpar a autoridade masculina no campo simbólico. Em paralelo, observou-se também um embaralhamento cada vez mais acentuado da estética entre classes sociais. Se originalmente a moda surgiu para o serviço da distinção social aristocrática, a rápida ascensão de novos ricos no decorrer dos séculos XVII e XVIII acabou por abalar a severidade destes marcadores visuais de classe. Contudo, é no século XX que o embaralhamento das fronteiras estéticas de classe social se tornou ainda mais agudo, sobretudo com a produção em série do *prêt-à-porter* no fim da Segunda Guerra. Neste período pós-moderno, a porosidade dos códigos visuais se tornou nítida, não porque pressuporia uma unidade generalizada, mas, sim, porque os fluxos estéticos entre os grupos se fizeram muito mais recorrentes.

Assim, se a pós-modernidade é tão fortemente marcada pelo atravessamento das fronteiras por códigos estéticos não mais sentenciados a identidades fixas, por conseguinte é também preciso reconhecer o embaralhamento dos padrões estéticos nas sociabilidades recentes. As cidades contemporâneas ainda carregam a marca segregacionista do capitalismo, ainda são atrincheiradas pelos sistemas de poder político e econômico, mas seus referenciais de sociabilidade se demonstram menos previsíveis. Não que se queira apostar na

eliminação das referências visuais de sociabilidade (inclusive, fortes aliadas das sociabilidades e articulações contra-hegemônicas), mas vale entendê-las muito mais pela transitoriedade, pela maleabilidade e, quiçá, pela performatividade que aumenta as possibilidades de tracejar o espaço com significados movediços².

De modo semelhante ao papel das coisas (trajes, acessórios, aparelhos de tecnologia etc.) ergonomicamente aderidas ao corpo, os espaços também integram os discursos sobre os corpos e os modos de pensar as identidades pós-modernas. Como prova disso, basta lembrar que a própria profusão de imagens no capitalismo pós-guerra tem a ambiência como parte preponderante para composição das identidades que se pretende espetacularizar: filmes, comerciais, capas de revistas, videoclipes... o espaço é continuamente recrutado para criar uma atmosfera pertencimento ao coletivo. Esta realidade, não apenas é mediada pelos instrumentos de mídia, mas ocorre também na prática social cotidiana dos sujeitos, que podem aglutinar sistemas visuais comuns do grupo, e, ali, reproduzir ou confundir os significados grafados no espaço público. Nisso fica claro que esta relação corpo-ambiente é enviesada por discursos, até mesmo porque a visibilidade do corpo e sua aderência a um determinado contexto espacial (re)produz significados de múltiplas naturezas.

Estimulada pela constatação de que, bastando-lhe estar em visibilidade, o corpo invariavelmente produz discurso, Butler (2019) começou a se ocupar mais detidamente do direito de aparecer em aliança no espaço público. A pauta se justifica pela necessidade de dispor o corpo visualmente nas ruas para produção de cenas que reivindiquem o caráter público do espaço. Em oposição à concepção clássica de espaço público, a autora argumenta que a vida pública na pólis não se traduz apenas como localidade, mas é, sobretudo, espaço de aparência que reside entre os corpos em aliança. Por esta noção, Butler parte do pressuposto de que existe um discurso extra político que define os critérios de aparência, ou seja, que seleciona os sujeitos elegíveis para visibilidade na vida pública. Embora tais critérios de elegibilidade sejam perpetrados nos discursos e, por efeito, espacializados na prática social, a autora defende que a presença obstinada do corpo pode ressignificar espaços e discursos pela migração do campo de aparência para a política das ruas (Barreto, 2016). É deste modo que a ideia grega de vida pública é ressignificada: pela presença de corpos, cujo exercício do direito de visibilidade refaz a história material do espaço.

O espaço público, na ideia de Butler (2019), se torna performativo quando há recondução de significados pela ação corporal dos sujeitos em visibilidade e, exatamente por este motivo, exige tornar a presença dos corpos dissidentes uma ação permanente para deslocamento de discursos. Para que esta concepção butleriana de espaço público se sustente é preciso admitir que toda a materialidade espacial é passível de agenciamentos pelos corpos que lhe atribuem significados. Assim, a visibilidade dos corpos em aliança nas ruas é tão importante para a autora porque ali são criados sentidos performativos, que englobam corpos, espaços e articulações feitas em nome do direito de manter-se em visibilidade e relevância política. Quando coisas ou espaços são agenciados em prol da visibilidade de corpos

² Não se pode ignorar a recente eclosão de movimentos neoconservadores, tão incisivamente fechados a transformações. O que interessa neste texto é tratar das visualidades como marcadores inexatos de pertencimento, cuja transitoriedade coexiste com discursos conservadores que circulam na vida social.

dissidentes, ocorre uma ampliação da performatividade e, portanto, uma multiplicação de deslocamentos discursivos. Desse modo, em aproximação ao que nos tem interessado neste texto, é possível afirmar que o corpo pode agenciar vestimentas, gestos, acessórios e espaços, como ato político de visibilidade que, por conseguinte, rasuram discursos hegemônicos. Assim sendo, os fluxos de significados entre o corpo e suas "extensões" adquirem tamanho relevo, que se torna possível falar de uma unidade corpo-espço, corpo-roupa, corpo-acessório em nome de novas possibilidades performativas.

Essas aderências, então, rompem com demarcações binárias estanques que divorciam o dentro do fora, resgatando os fluxos como elementos que devem ser levados em conta na interpretação dos discursos que transpassam o corpo. Com isso, embora seja sabido que o corpo em visibilidade já produz discursos, vale acrescentar que, quando se aportam em movimentos, trajes e espaços, seus dizeres adquirem novos contornos e nova força política, tanto para fins de reiteração como desvio das convenções sociais. É importante reconhecer que toda gestualidade, por exemplo, se inscreve numa construção social de significados e, portanto, não se isenta de formulações discursivas reiteradas na linguagem. Também o espaço e os trajes participam desta construção discursiva, imersos numa ampla cadeia de compartilhamento simbólico, que, invariavelmente, oferta ao corpo infinitas possibilidades de deslocamentos.

Entendendo esta natureza transitiva do corpo, em sua relação simbiótica com o ambiente, Katz (2008) prefere chama-lo de "corpomídia", o que, para autora, consiste em observar o corpo pela sua coleção de informações. Por esta teoria, o contexto ao qual o corpo se sustenta nunca é estático, mas, de outro lado, trabalha em correlação com o corpo no fluxo de informações que o comanda. Se pensarmos o quanto os mercados pós-modernos têm estendido seus tentáculos para os mais diversos aspectos da vida cotidiana (onde incluem os espaços urbanos, bem como os signos de visibilidade e pertencimento social), logo também notaremos que o "corpomídia" se encontra exposto a ideologias que Boaventura (*apud* Katz, 2008) chama de conhecimento-regulação. A defesa da autora é por uma teoria crítica do corpo que proponha uma formulação emancipatória, afinal, para ela, o corpo sempre está em condição transitória pela relação com os ambientes onde circula e, nesta relação simbiótica, sempre se apresenta como singular. Por isso mesmo, a abordagem sobre a moda e seus efeitos de visibilidade do corpo na vida pública urbana não pode jamais prescindir a dimensão da resistência, de modo que os agenciamentos feitos pelo corpo sirvam para produzir deslocamentos com efeitos de inclusão.

Embora já tenha sido dito que a moda sirva e se sirva da dinâmica expansionista do mercado, é preciso lembrar que ela se apresenta como vetor criativo, que visibiliza a imaginação pelo corpo. Ao demonstrar interesse pelos elementos subjetivos que mediam a relação dos sujeitos com a vida urbana, Silva (2014) propõe o conceito de "cidades imaginadas", chamando atenção para a dimensão simbólica que, para ele, diz respeito tanto aos objetos significantes, como também às reações dos sujeitos com estes objetos. Sua conclusão é que o papel da dimensão simbólica na vida social é tão relevante, que ela pode introduzir e normalizar valores que redundam na modelação de condutas. Disso resulta, que o simbólico se apresenta como interligação entre imagens, ideias e ações.

Pelo percurso analítico do autor, as coisas e os lugares integram uma cadeia simbólica e, nisso, participam dos imaginários que se constrói na cidade. Esta ideia é útil neste texto porque possibilita valorizar a imaginação como importante aliada aos modos de aparecimento e ressignificação na vida pública. Assim sendo, ao mesmo tempo que esta cadeia simbólica humaniza os objetos pela inserção de discursos, a imaginação possibilita que sejam feitos movimentos em seus significados. Por isso, até podemos masculinizar um lugar, como um boteco, ou feminilizar outro lugar, como um salão de beleza; podemos também masculinizar uma roupa e feminilizar outra, mas a imaginação também se interpõe nesta relação com o simbólico e apresenta as inconstâncias dos seus significados. Se a história da moda é também história da desconstrução de marcadores visuais de classe, então é possível pensar que os reiterados marcadores visuais de gênero são passíveis de ser refutados. Parece-me utópico acreditar que eles deixarão de existir, mas, somente o fato de que suas fronteiras sejam atravessadas, já me parece significativo para desconstrução no campo visual dos seus regimes de inteligibilidade. Não se apresentam aqui apenas frivolidades da aparência, mais que isso, apresentam-se subjetividades represadas, rechaçadas, aviltadas e, portanto, furtadas do direito ao aparecimento na vida pública. E pela interligação recomendada por Silva (2014) entre imagens-ideias-ações, parece-me mais evidente o fato de que a estética transmutada no corpo serve de aditivo para reposicionamento de ideias e atos de relevância política.

Considerações

No início do texto foram elencados três elementos que propiciaram o surgimento da moda na Baixa Idade Média (a singularidade, a vida cavaleiresca e as percepções do tempo presente). Estes três aspectos aglutinam dois conceitos centrais para caracterização da subjetividade humana que este texto se ocupou: o desejo de fantasia e o desejo de visibilidade. O intento foi pensar o espaço urbano, não só como arena onde coexistem forças assimétricas de poder, mas também como *lócus* passível de agenciamentos pela presença obstinada do corpo. Soma-se a isto o próprio caráter fantasioso que integra os modos de composição estética, que fazem da moda uma propulsora desta força criativa reificada na imagem de um "eu social". De fato, a moda permite que os sujeitos se apresentem dentro de uma linguagem reconhecível, mas, também, impregna o corpo de idiosincrasias e, portanto, une fantasia e visibilidade como interfaces de uma mesma necessidade de existir socialmente. Quando corpos dissidentes recriam o campo da estética e dispõem seus corpos em visibilidade na cidade, provocam novos tensionamentos e reclamam a unidade corpo-espaço na contestação do direito de aparecer, a despeito dos sistemas de poder que os invisibiliza.

Referências

- BARRETO, Luisa Marques. Do espaço de aparência às políticas da rua. *In*: GREINER, Christine (Org.). **Leituras de Judith Butler**. São Paulo: Annablume, 2016 (p. 37-65).
- BARTHES, Roland. **Sistema da moda**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERGSON, H. **Memória e vida**: textos escolhidos por Gilles Deleuze – mestre de conferência na Universidade de Paris VIII. São Paulo: Martins e Fontes, 2006.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CALANCA, Daniela. **História social da moda**. São Paulo: SENAC, 2011.
- CIDREIRA, Renata Pitombo. **Os sentidos da moda**. São Paulo: Annablume, 2005.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- DAMÁSIO, Antônio R. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FRANÇA, Isadora. **Consumido lugares, consumindo nos lugares**: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** – Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GREINER, Christine. **O corpo**: pistas para estudos interdisciplinares. São Paulo: Annablume, 2005.
- KATZ, Helena. Por uma teoria crítica do corpo. *In*: OLIVEIRA, Ana Cláudia & CASTILHO, Kathia (Orgs.). **Corpo e moda**: por uma compreensão do contemporâneo. Barueri: Estação das Letras, 2008 (p. 69-74).

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1988.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1998.

OLIVEIRA, Ana Cláudia. Visualidade processual da aparência. *In*: OLIVEIRA, Ana Cláudia & CASTILHO, Kathia (Orgs.). **Corpo e moda**: por uma compreensão do contemporâneo. Barueri: Estação das Letras, 2008 (p. 93-104).

PRECIADO, Paul. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 Ed., 2018.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Armando. **Imaginários**: estranhamentos urbanos. São Paulo: Sesc, 2014.

SVENDSEN, Lars. **Moda**: uma filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Revisão: Profa. Dra. Elma Karine Cardoso, E-mail: elmakarine@gmail.com